CÁRITAS BRASILEIRA
Projeto de Fortalecimento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – Fase II
Brasília – Distrito Federal

Convênio Cáritas Brasileira e Fundação Banco do Brasil – 6160/5015

Carta Convite nº 01/2006

ANEXO III - MODELOS DE DOCUMENTAÇÃO

• **MODELO 01 – C R E D E N C I A L**

“À
CÁRITAS BRASILEIRA
Carta Convite 001/2006

OBJETO: ”

Prezados Senhores:

Declaramos, para fins de representação na Carta Convite 001/2006, que o Sr. (Nome Completo do Representante), (Cargo Ocupado na Empresa), (Carteira de Identidade nº XXXXXXXX-XX), está credenciado a praticar todos os atos necessários em nome desta empresa, em todas as etapas deste certame licitatório.

Cordialmente,

Razão Social:

CNPJ:

Nome Legível:

Cargo:

• **MODELO 02**

DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

“À

CÁRITAS BRASILEIRA

Carta Convite 001/2006

OBJETO: “Contratação de pessoa jurídica para desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de apoio à articulação e integração de empreendimentos econômicos solidários, entidades de assessoria à Economia Solidária e consumidores.”

Prezados Senhores:

Declaramos sob as penas da Lei, que não existem fatos supervenientes impeditivos à nossa habilitação na Carta Convite - Edital nº 01/2006, e que não fomos declarados como inidôneos pela Administração Pública.

Cordialmente,

Razão Social:

CNPJ:

Nome Legível:

Cargo:”

● **MODELO 03**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO
DISPOSTO NO ART 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

“À
CÁRITAS BRASILEIRA
Carta Convite 001/2006

OBJETO: “Contratação de pessoa jurídica para desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de apoio à articulação e integração de empreendimentos econômicos solidários, entidades de assessoria à Economia Solidária e consumidores.”

Prezados Senhores:

Declaramos sob as penas da Lei, que em nossa empresa não há prestação de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos e de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Cordialmente,

Razão Social:

CNPJ:

Nome Legível:

Cargo:”

CÁRITAS BRASILEIRA
Projeto de Fortalecimento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – Fase II
Brasília – Distrito Federal

Convênio Cáritas Brasileira e Fundação Banco do Brasil – 6160/5015

MINUTA DE CONTRATO

CARTA CONVITE
Carta Convite 001/2006

CONTRATANTE: CÁRITAS BRASILEIRA

CONTRATADA: XXXXXXXX XXXXXXXX

OBJETO: “Contratação de empresa para elaboração de sistema...”

VALOR:

LICITAÇÃO: Carta Convite 001/2006

Aos .... dias do mês de..... de dois mil e dois, de um lado Cáritas Brasileira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. ...., doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, representada neste ato pelo Diretor Executivo, Sr. (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF/MF sob o nº ....., portador da Cédula de Identidade nº. ...., residente e domiciliado na cidade de Brasília, e do outro lado, a _____, com sede na Rua _____, nº. ____, no bairro ____, na Cidade ____, Estado ____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo seu _____, Sr. _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF/MF sob o nº. _____, portador da Cédula de Identidade nº. _____, expedida pela ____, residente e domiciliado na Cidade _____, Estado de _____, considerando a homologação da Carta Convite nº 001/2006, conforme despacho exarado pelo Diretor Executivo, divulgado no ..... em....de ..... de ....., resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento de Bens de Cozinha, de acordo com a Lei Federal 8.666/93, e alterações posteriores, e com as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto “A contratação de empresa...”, de acordo com especificação e detalhamento constante do Edital da Carta Convite 001/2006 e seus ANEXOS.

1.2. As entregas, deverão ser realizadas conforme item 13 do Termo de Referência 001/2006.

1.4. Integram o presente Contrato independentemente de transcrição, o Edital de Carta Convite e seus anexos e a proposta de preços da CONTRATADA.

1.5. A CONTRATADA fornecerá os bens descritos no item 1.1 de acordo com os termos deste Contrato, bem como do Edital de Carta Convite e seus anexos e propostas da CONTRATADA, cujos critérios, requisitos, detalhamento, especificações técnicas e condições neles constantes, têm validade de estipulação contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1. O contrato vigorará, a partir da data de assinatura, até .....do mês do corrente ano.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente, desde que haja anuência das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, após a realização do serviço e de acordo com o previsto no Termo de Referência a importância de...

3.2. No preço contratado estão incluídos todos os tributos e despesas, seja qual for a sua natureza, incluindo fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e fiscais, ISS, despesas de viagem, locomoção, estada, alimentação e quaisquer outras, segundo a legislação em vigor, representando a compensação integral pela prestação dos serviços.

3.3. O prazo para pagamento pela Contratante será de acordo com o previsto no Termo de Referência e após a entrega das faturas emitidas pela Contratada e após o atestado emitido pela unidade competente da Contratante, comprovando o regular estado dos bens.

3.4. O pagamento será feito por crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL, ou outra conta que vier a ser determinada pela CÁRITAS BRASILEIRA, ou ainda, excepcionalmente, mediante emissão de cheque pela Tesouraria da CÁRITAS BRASILEIRA.

3.5. Caso seja constatada alguma irregularidade na Fatura, essa será devolvida para as devidas correções.

3.6. O atraso injustificado do pagamento devido, por culpa exclusiva da Administração, acarretará na incidência de juros de 1% am (um por cento ao mês) do valor mensal e multa moratória de 0,1% ad (zero vírgula um por cento ao dia de atraso) do valor devido da fatura, até a data do efetivo pagamento.

3.7. Os pagamentos ficam condicionados a apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND para com a Seguridade Social, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e Certidão de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRF, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF, correspondente ao mês do fornecimento dos bens, bem como a apresentação de qualquer outra documentação que por ventura seja solicitada pela CONTRATANTE, consoante faculta o art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Responsabilizar-se por seus profissionais, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços de assistência, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho e outros que venham a incidir sobre o objeto deste Contrato.

4.2. Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange a regularidade fiscal, e capacidade de fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Exercer a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, na forma prevista no *caput* do art. 67, da Lei nº 8.666/93.

5.2. Pagar pelo fornecimento dos bens no valor ajustado, nas condições e nos prazos estipulados.

5.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias, para que a CONTRATADA possa cumprir as condições estabelecidas neste Contrato.

5.4. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

6.1. As alterações contratuais deverão ser feitas, obrigatoriamente por meio de termos aditivos.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

7.1. A rescisão do Contrato será ensejada pela inexecução total ou parcial.

7.2. Os casos de rescisão contratual, serão formalmente motivados nos autos do processo e assegurado o contraditório e a ampla defesa prévios.

7.3. A rescisão do Contrato poderá ser:

7.3.1. Determinada por ato unilateral da Administração, reduzida a termo, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93; ou

7.3.2. Amigável, por acordo entre as partes e reduzida a termo, desde que haja conveniência e oportunidade para a Administração; ou

7.3.3 Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

7.4. Para que a rescisão produza eficácia, essa será publicada na Imprensa Oficial.

7.5. A rescisão unilateral do contrato acarretará a CONTRATADA as conseqüências previstas no art. 80 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.

7.6. Ocorrendo a rescisão sem culpa da CONTRATADA, esta deverá ser ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, tendo direito a:

7.6.1. Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

7.6.2. Pagamento do custo de desmobilização.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

8.1 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo das demais cominações previstas em Lei:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multas:

8.1.2.1. De 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor mensal, por atraso no cumprimento dos cronogramas estabelecidos pelas partes no contrato, aplicável por dia de atraso até o limite de 10% (dez por cento) do valor mensal; e/ou

8.1.2.2. De 10% (dez por cento) do valor mensal, por infração a qualquer cláusula ou condição deste Contrato, não caracterizadas no subitem 9.1.2.1, aplicada em dobro em caso de reincidência.

8.1.2.3. A aplicação da penalidade de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas em Lei.

8.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.2. A aplicação das penalidades de que trata este item é da exclusiva competência da Administração, cuja faculdade de escolha está diretamente relacionada com a natureza e a gravidade da infração contratual, e dos eventuais prejuízos causados à Administração.

8.3. As sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade, poderão ser aplicadas juntamente com as multas.

8.4. Caso a CONTRATADA seja penalizada com multa e não pague o valor dessa por meio de oportuno recolhimento, a Administração poderá deduzir de valores que eventualmente venham a ser pagos à CONTRATADA, ou ainda cobrar judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas com a execução dos serviços contratados correrão à conta do Convênio CÁRITAS BRASILEIRA/Fundação Banco do Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

10.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Distrito Federal, para dirimir todas e quaisquer dúvidas oriundas do presente Instrumento, com renúncia expressa de outros, por mais privilegiados que sejam ou venham a sê-los.

E, por estarem assim, de pleno acordo, firmam o presente Instrumento, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para um só e mesmo efeito jurídico, na presença das testemunhas, que ao final também o subscrevem.

Brasília/DF, ...de .....de .

_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____